

Brasil não pedirá dinheiro novo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo brasileiro está convencido de que não precisará solicitar dinheiro novo aos bancos credores para 1985 e que poderá obter, em contrapartida, uma renegociação plurianual da dívida externa a vencer entre 1985 e 1990, num total de US\$ 63,9 bilhões.

A preocupação das autoridades econômicas é eliminar o "pique" da dívida entre 1986 e 1988, quando o pagamento do principal do débito deve alcançar US\$ 37,9 bilhões, sendo que 1987 é mais preocupante, pois naquele ano a necessidade de pagamento deve chegar aos US\$ 12,99 bilhões, sem contar os juros.

Os ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Fazenda, Ernane Galvães, e o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, também imaginam que o Brasil não terá nenhuma compensação ao solicitar, por exemplo, um empréstimo de US\$ 1 bilhão. Só o desgaste nas negociações com cerca de 800 bancos, conforme o governo, já recomendaria a dispensa desse empréstimo.

O raciocínio das autoridades

econômicas brasileiras é de que, com o Brasil obtendo um superávit comercial de US\$ 10 bilhões no próximo ano, poderá garantir o fechamento do balanço de pagamentos sem necessidade de queimar reservas. Como o ministro Ernane Galvães já explicou à imprensa, a entrada de recursos de instituições multilaterais e a garantia de créditos de fornecedores acabará por equilibrar as contas externas do País no ano que vem.

Também não há interesse, no governo, em projetar um saldo comercial superior a US\$ 10 bilhões. Esse deve ser o superávit "administrável", porque na medida em que for maior vai prejudicar o combate à inflação. Um superávit de US\$ 14 bilhões, já mencionado por técnicos da Seplan, acarretaria descontrole monetário no País, porque a entrada de dólares implica expansão de moeda. Além disso, entendem os ministros, o Brasil deve ter um limite para exportar.

As exportações em 1985 devem alcançar US\$ 27 bilhões, mesmo nível deste ano, e as importações passam de US\$ 14,5 bilhões para US\$ 17 bilhões. O setor privado aumenta suas importações em US\$ 2,5 bilhões,

ao mesmo tempo em que o setor público continuará sob regime de austeridade.

Mas o fundamental, para as autoridades econômicas, é mesmo a renegociação plurianual, para tornar linear o pagamento futuro do principal da dívida. O Brasil quer conseguir mais ou menos o que o México conseguiu: transferir para o futuro o "pique" da dívida.

O total de amortizações em 1985 alcança US\$ 9,7 bilhões. Em 86, aumenta para US\$ 12,7 bilhões, alcança o pique em 87 com US\$ 12,9 bilhões e em 88 declina ligeiramente para US\$ 12,1 bilhões. Em 89, fica em US\$ 9,7 bilhões e em 1990 diminui para US\$ 6,4 bilhões. Refinanciando esse débito, a prazos que podem oscilar entre dez e 14 anos, a dívida terá um novo perfil, que facilitará o pagamento. E preciso levar em conta, também, que atualmente o pagamento dos juros deverá situar-se em torno de US\$ dez bilhões.

O Brasil inicia no dia 5 de novembro, em Nova York, as negociações com os bancos credores, representado pelo presidente do BC, Affonso Celso Pastore, e o diretor da área externa do banco, José Madeira Serrano.

em 85